



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 039/11

Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

Art. 1º A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e Privado, que venham a beneficiar direta ou indiretamente todos os ramos do setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, reconhecido seu interesse público, nos termos do art. 148 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado do Paraná exercerá, na forma da lei, as funções de incentivo e planejamento, apoiando e estimulando o cooperativismo e desenvolvendo mecanismos para facilitar a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo:

I – apolar técnica, financeira e operacionalmente o cooperativismo no Estado do Paraná, promovendo, quando couber, parceria operacional para o desenvolvimento do sistema cooperativista, com destaque para apoio às ações que promovam aprimoramento dos modelos organizacionais, principalmente em ações de inclusão social e desenvolvimento com bases sustentáveis e autônomas para os diversos setores da sociedade,

com constituição de Departamento ou Coordenação de Cooperativismo nas Secretarias pertinentes do Governo;

II – estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do cooperativismo e da legislação vigente;

III – estimular a inclusão do estudo do cooperativismo nas escolas, visando à mudança de parâmetros de organização de todos os ramos do cooperativismo, especialmente da produção, do consumo, do trabalho, da saúde e do crédito;

IV – divulgar as políticas governamentais para o setor, articulando processos que permitam debate e construção de estratégias, através da constituição de Conselho Estadual do Cooperativismo, com presença das organizações cooperativistas do modelo tradicional, solidário e Secretarias do Governo;

V – propiciar maior capacitação dos cidadãos pretendentes ou já associados nas cooperativas, apoiando a elaboração e constituição do programa estadual de apoio ao cooperativismo, fundamentado nos debates do Conselho Estadual do Cooperativismo e em estratégias que permitam ações de formação e aprimoramento deste modelo de organização;

VI – fomentar o desenvolvimento e autogestão de todos os ramos das cooperativas, especialmente do ramo do trabalho, legalmente constituídas, nos termos de sua legislação vigente;

VII – estimular a formação de cooperativas de servidores públicos municipais, apoiando técnica e operacionalmente sua formação e seu desenvolvimento, especialmente cooperativas de crédito e de consumo;

VIII – estabelecer tratamento tributário adequado ao ato cooperativo, que não pode resultar em tributação mais gravosa aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquela decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

IX – estimular a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas, regulamentando as obrigações legais, de modo que não resulte tratamento mais gravoso aos cooperados, pessoas

físicas ou jurídicas, do que aquele decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

X - legislar regulando o fato de que as sociedades cooperativas possuem sistema operacional próprio, com registros de demonstrações contábeis disciplinadas em legislação especial;

XI - firmar, quando recomendável, convênios com cooperativas.

§ 1º O desenvolvimento da presente política, não implicará em intervenção estadual, mas em fortalecimento das cooperativas e na manutenção de sua autonomia.

§ 2º Os objetivos das cooperativas serão definidos em seus respectivos estatutos e sua estruturação legal segue integralmente a legislação federal pertinente.

§ 3º Incentivo à criação e manutenção das cooperativas do ramo infraestrutura, especialmente desenvolvendo políticas de geração de energia, inclusive sustentáveis, vedando a criação de ônus ao seu funcionamento.

§ 4º As políticas priorizarão as ações técnicas voltadas à agropecuária realizada através de associações e cooperativas e deverão contemplar demandas a serem desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e do Abastecimento.

§ 5º O Estado do Paraná desenvolverá programas, através da Agência de Fomento, com a finalidade de capitalizar as cooperativas.

§ 6º A critério do Poder Executivo, este facilitará linhas de financiamento dirigidas à agricultura através de associações e cooperativas.

Art. 3º O sistema estadual de ensino incentivará o cooperativismo por meio:

I - da inclusão na grade curricular do ensino da disciplina do cooperativismo nas escolas da rede estadual;

II - do fomento ao desenvolvimento das cooperativas escolares, constituídas de alunos de instituições de ensino

estaduais, nos termos do art. 19 da Lei nº 5.764/71, para aprendizagem na prática dos valores do cooperativismo;

III – das práticas pedagógicas com fins cooperativistas;

IV – da utilização dos estabelecimentos públicos estaduais de ensino pelas sociedades cooperativistas para fins de programações em comum.

Art. 4º Nas licitações promovidas pelo Poder Público do Estado do Paraná, para prestação de serviços, obras, compras, publicidade, alienações e locações, participarão as cooperativas legalmente constituídas.

Art. 5º Fica a critério do Poder Executivo, por sua iniciativa ou por provocação, conceder em comodato, alienação por venda, ou doação, às cooperativas de todos os ramos, bens imóveis do Estado, com a devida autorização do Poder Legislativo.

Art. 6º O Poder Público Estadual, quando recomendável para atender às demandas de seu funcionalismo, estabelecerá convênios operacionais com as cooperativas de crédito, buscando a agilização do acesso ao crédito ao setor e da prestação de serviços, especialmente quanto à arrecadação de tributos e ao pagamento de vencimentos, soldos e outros proventos dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e dos pensionistas da Administração Direta e Indireta, por opção destes, sem prejuízo do estabelecido na Lei Estadual nº 15.375/07.

Art. 7º Fica constituído o Fundo Estadual de Apoio ao Cooperativismo, com recursos para infraestrutura e custeio, com foco na estruturação dos empreendimentos e formação cooperativista, gerando melhores condições de expansão do sistema e seu modelo de organização social e econômica, proporcionando desenvolvimento local e regional.

Art. 8º Fica considerada sociedade cooperativa, para efeitos desta Lei, aquela devidamente registrada na Junta Comercial, nos órgãos públicos e entidades previstas nas legislações federal e estadual pertinentes.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.


ALEXANDRE GURI
PRESIDENTE


RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 396/11

Obriga os hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres a afixarem cartazes com as exigências legais para hospedagem de crianças e adolescentes.

Art. 1º Os hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres, instalados no Estado do Paraná, ficam obrigados a afixarem em suas portarias, em locais de fácil visibilidade, cartazes com advertência sobre a hospedagem de crianças ou adolescentes.

Art. 2º Os cartazes, com dimensões mínimas de quarenta centímetros de comprimento por trinta centímetros de largura, deverão conter a seguinte inscrição:

"É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável. (art. 82 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente)."

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará o estabelecimento infrator à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), aplicada em dobro nas reincidências.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

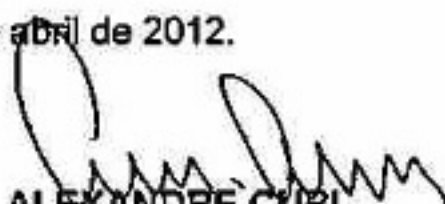
Redação Final ao Projeto de Lei nº 935/11

Declara de Utilidade Pública o
Instituto Mafra de Pesquisa,
Educação e Saúde - IMPES, com
sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Mafra de Pesquisa, Educação e Saúde - IMPES, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 979/11

Declara de Utilidade Pública a
Associação Sagrada Família de
Nazaré, com sede e foro no
Município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Sagrada Família de Nazaré, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE




RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 066/12

1. Cria a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. 2. Transforma a Vara de Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba na 3ª Vara de Execuções Penais. 3. Atribui nova redação aos arts. 293 e 300 da Lei Estadual nº 14.277/03.

Art. 1º O art. 255 da Lei Estadual nº 14.277/03 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:
(...)
IX – no Foro Regional de Piraquara:
a) a Vara de Execuções Penais."

Art. 2º O art. 257 da Lei Estadual nº 14.277/03 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 257. Fica transformado no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba o seguinte:
(...)
d) a Vara de Corregedoria dos Presídios na 3ª Vara de Execuções Penais".

Art. 3º O art. 293 da Lei Estadual nº 14.277/03 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 293. A competência da execução penal e correedoria dos presídios será fixada por resolução."

Art. 4º O art. 300 da Lei Estadual nº 14.277/03 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 300. Os anexos abaixo relacionados fazem parte integrante desta Lei:

(...)

Anexo VIII - Jurisdição das Varas de Execuções Penais."

Art. 5º Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Piraquara.

Art. 6º Ficam alterados os Anexos IV, V, VIII e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/03.


Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI N.º 105/2012

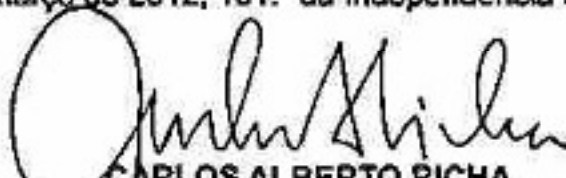
Súmula: Prorroga, por 1 (um) mês, o mandato dos atuais Conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná – CEDCA/PR.

Art. 1.º Os mandatos dos atuais Conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada, efetivos e suplentes, no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná – CEDCA/PR, de que trata o art. 3.º, §3.º da Lei n.º 9.579, de 22 de março de 1991, ficam prorrogados por 1 (um) mês.

Art. 2.º Os mandatos de que trata o art. 1.º ficarão automaticamente extintos na data de 15 de maio de 2012.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em. 20 MAR. 2012

[Assinatura]
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 13 de março de 2012
OF CEE/G 053/12

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em. 19/03/2012

[Assinatura]
Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 06/2012, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva prorrogar, pelo período de 1 (um) mês, o mandato dos atuais Conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná – CEDCA/PR.

Atenciosamente,

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JC

MENSAGEM N.º 06/2012

Curitiba, 13 de março de 2012

Senhor Presidente,


Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva prorrogar, pelo período de 1 (um) mês, o mandato dos atuais Conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná – CEDCA/PR.

Considerando que no primeiro semestre do ano de 2012 serão realizadas as Conferências Regionais e Estadual da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná e, paralelamente, ocorrerão as eleições dos representantes da Sociedade Civil Organizada – Biênio 2012-2013, corre-se o risco de se comprometer a representatividade desta classe nas Conferências supracitadas.

Assim, conforme deliberado em Reunião Ordinária do CEDCA em 16 de dezembro de 2011, mostra-se imperiosa a excepcional prorrogação do mandato por 30 (trinta) dias, ou seja, de abril para maio de 2012, visando garantir a plena participação e contribuição dos Conselheiros já nomeados até o período mencionado.

Por fim, cumpre informar que as atividades dos Conselheiros são inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedadas remuneração, bonificação ou vantagem de qualquer natureza.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR
Instituto proL n.º 11.288.944-9

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 26 MAR. 2012

1º Secretário

REQUERIMENTO

Requer "Regime de Urgência" para a votação do Projeto de Lei 105/12, oriundo da Mensagem Governamental nº 006/12.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 105/12, oriundo da Mensagem Governamental nº 006/12, que dispõe sobre a prorrogação por 1 (um) mês do mandato dos atuais conselheiros representantes da sociedade civil organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2012.

Assinado
Projeto de Lei 105/12
27/3/12
Rogério Melo
Diretor Legislativo

Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

Rogério Melo
Coord. Jurídico
CCJ
27/3/12
11:00hs



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 105/12

Projeto de Lei nº 105/2012
Autor: Poder Executivo

Súmula: Prorroga, por 01 (um) mês, o mandato dos atuais Conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná - CEDCA/PR.

EMENTA: PRORROGAÇÃO DO MANDATO DOS CONSELHEIROS DO CEDCA/PR. LEI ESTADUAL 9.579/91 - ART. 3º, §3º. POSSIBILIDADE. INICIATIVA EXCLUSIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO. LEGITIMIDADE AUFERIDA. LEGALIDADE. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo objetiva prorrogar por 01 (um) mês o mandato dos atuais Conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná - CEDCA/PR.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Concedido vista.
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
Em 27/03/12
Por: Venceslau
Almeida
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Em análise o mandato dos Conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná, previsto no parágrafo único do artigo 216 da Constituição Estadual:

Art. 216. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao deficiente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo único. A lei disporá sobre a criação, organização, composição e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

Regulamentando referida disposição constitucional, a Lei 9579, de 22 de Março de 1991, criou referido Conselho e dispôs o mandato dos conselheiros em seu art. 3º:

Art. 3º. As organizações da sociedade civil interessadas em participar do conselho se habilitarão, entre os dias 1º e 31 de janeiro dos anos ímpares, perante a secretaria de Estado competente, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos um ano, bem como indicando seu representante e respectivo suplente.

§ 1º. A seleção das organizações representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o conselho, far-se-á mediante eleição realizada entre as próprias entidades habilitadas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 2º. A secretaria de Estado responsável pela execução da política de atendimento à criança e ao adolescente encaminhará ao governador do Estado, até o terceiro dia útil do mês de fevereiro, a relação das entidades que integrarão o conselho e o nome dos conselheiros representantes e suplentes por ela indicados, devendo a nomeação ser efetuada no prazo de dez dias, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 3º. Os conselheiros representantes das entidades populares, assim como seus suplentes, serão nomeados para mandato de dois anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo por deliberação de dois terços dos componentes do conselho.

§ 4º. Os conselheiros representantes das entidades populares poderão ser reconduzidos, observado o mesmo processo previsto neste artigo.

Para apresentar projeto de lei, preconiza a Constituição Estadual:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Desta forma, verifica-se a possibilidade da apresentação do projeto, bem como que a prorrogação do mandato não fere a legalidade, visto que posterior a tal prorrogação será efetiva a eleição na forma do art. 3º e parágrafos da Lei acima mencionada.

Vislumbra-se, portanto, que o projeto de lei apresentado pelo legislador estadual se encontra amparado tanto na iniciativa como na legalidade e constitucionalidade.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



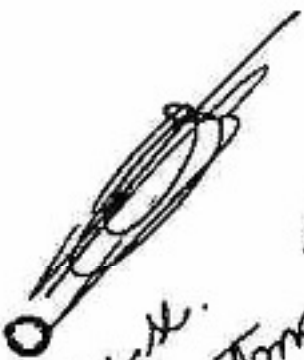

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do
presente Projeto de Lei.

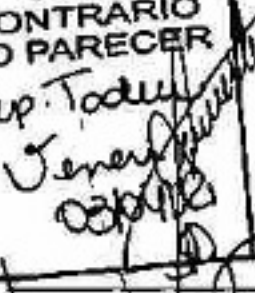
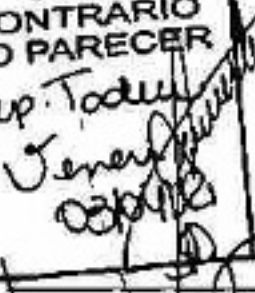
Sala das Comissões, 03 de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

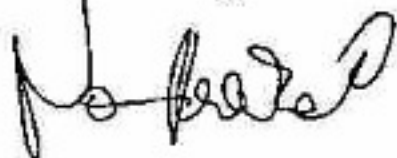

DEPUTADO ADEMIR TRAIANO
RELATOR

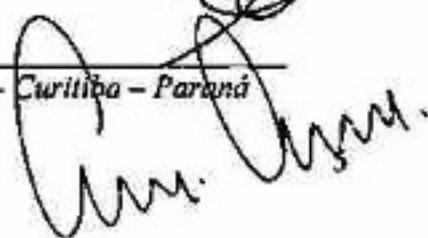





VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dep. Todini



Prça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

PARECER AO PROJETO DE LEI 105/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 006/12

SÚMULA: "PRORROGA, POR 1 (UM) MÊS, O MANDATO DOS ATUAIS CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO PARANÁ – CEDCA/PR".

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança do Estado do Paraná – CEDCA, criado pela Lei 9579, de 22 de março de 1991, prevê o mandato de dois anos para os seus conselheiros, não podendo os mesmos serem desligados antes desse prazo, salvo por deliberação de dois terços dos componentes do conselho.

Considerando que o atual Conselho está totalmente integrado aos assuntos ligados as Conferências Regionais e Estadual da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná ainda neste primeiro semestre do ano, e, simultaneamente deveria se realizar as eleições para a escolha dos representantes da Sociedade Civil Organizada, para a composição do novo conselho, o que poderia correr o risco de esvaziamento de um ou do outro evento, resolveu o Senhor Governador do Estado, ouvir a voz do "bom senso" e pedir a prorrogação dos mandatos dos atuais conselheiros pelo prazo de um (1) mês.

Apesar desta relatora não ser a favor de prorrogação de mandatos de quaisquer espécies, louva a Iniciativa do Governador do Estado pela presente proposição, pois, é uma questão de "bom senso" manter-se os conselheiros que até o presente momento se ocuparam da organização e preparação das Conferências Regionais e da Conferência Estadual da Criança e do Adolescente, numa demonstração de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DAP

Fls. 30
20

preocupação com as reuniões que fornecerão subsídios para a organização de Políticas Públicas do Estado em favor das Crianças e dos Adolescentes.

Ademais, essa deliberação é do próprio Conselho Estadual da Criança e do Adolescente - CEDCA, na sua reunião do dia 16 de dezembro de 2011.

A prorrogação dos mandatos dos conselheiros com vencimento em abril, para maio, merece a mais absoluta consideração desta Comissão, que tem como responsabilidade dar o seu parecer sobre o mérito dos Projetos que vêm de encontro com os interesses das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Considerando, ainda, que o Projeto em tela teve parecer favorável da CCJ, somos de **PARECER FAVORÁVEL** à sua tramitação nesta Casa.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 2012.

Deputada CANTORA MARA LIMA

RELATORA

Deputada ROSE LITRO

PRESIDENTE

ELTON WELBER